

HABEAS CORPUS Nº 548.820 - MG (2019/0358078-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAULO ADRIANO EVANGELISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **PAULO ADRIANO EVANGELISTA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta nos autos que o paciente teve uma falta grave homologada e determinada a regressão para o regime semiaberto.

A defesa interpôs Agravo em Execução perante o TJMG, que negou provimento ao recurso defensivo.

Neste *writ*, a impetrante alega que "é defeso ao interprete da lei, criar restrições não previstas no ordenamento jurídico, ou seja, não pode ser criada ao desabrigo da lei, uma causa interruptiva para a concessão do livramento condicional."

Aduz, ainda, que "a decisão recorrida configura *bis in idem*, eis que considera novamente a falta disciplinar para indeferir a concessão do livramento condicional, sendo que pela mesma falta o agravante já sofreu regressão de regime e interrupção do marco temporal para outros benefícios." (e-STJ, fl. 8).

Requer "a concessão da ordem, para, invalidar e modificar as decisões impugnadas e os reflexos delas decorrentes, e assim, determinar a retificação do levantamento de penas, afastando o reconhecimento da falta grave em virtude da prática de novo crime bem como, a concessão para o benefício do livramento condicional." (e-STJ, fl. 9).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator